



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo nº: 00600.00009954/2020-61-e (b).

Origem: Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, de lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor, com a suspensão prolongada do funcionamento de escolas, universidades e centros de lazer.

. Decisão 123/2021. Conhecimento. Determinação à SEDES/DF. Ciência ao MPC/DF. Remessa de cópia e inspeção, se necessário. Retorno dos autos à SEASP.

. Nesta fase. Análise de pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF, consoante o Ofício 310/2021 – SEDES/GAB, para cumprimento da diligência objeto da Decisão nº 123/2021.

. Decisão. Concessão. Retorno dos autos a SEASP.

DESPACHO SINGULAR Nº 105/2021-GCRR

Cuidam os autos da Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, de lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor, com a suspensão prolongada do funcionamento de escolas, universidades e centros de lazer.

Aprecia-se, nesta etapa processual, o pedido de prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, formulado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF, consoante o Ofício 310/2021 – SEDES/GAB, para o cumprimento das determinações contidas na Decisão 123/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

É o breve relatório.

Decido.

Nos termos da Decisão nº 123/2021, o Tribunal deliberou por assinar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal-SEDES/DF se manifestasse a respeito dos fatos noticiados na Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, remetendo-lhe cópia da exordial para subsidiar o atendimento.

Desta feita, a SEDES/DF postula a dilação de prazo por mais 30 dias para o cumprimento do quanto demandado pelo Tribunal nos termos da Decisão 123/2021. Portanto, verifico que incide no caso o disposto no § 4º do art. 172 do RI/TCDF, que preceitua: “ *A prorrogação de prazo concedida por despacho singular não poderá ser superior ao período inicialmente fixado em deliberação plenária, em despacho singular de relator ou na forma estabelecida regimentalmente, caso o prazo não haja sido explicitamente fixado*”. Dessa forma, a prorrogação do prazo ora pleiteada não deve exceder os 15 (quinze) dias anteriormente fixados pelo Tribunal conforme a aludida Decisão nº 123/2021.

Assim, com fundamento nas disposições do art. 40 da Lei Complementar nº 01/1994 e do art. 172 § 4º do RI/TCDF, e acolhendo parcialmente a justificativa apresentada pela interessada, **DECIDO:**

- I -** conceder à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal-SEDES/DF a prorrogação de prazo por mais **15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, para o cumprimento da diligência objeto da Decisão nº 123/2021;
- II -** determinar a devolução dos autos à SEASP.

Brasília - DF, em 01 de março de 2021.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator